

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13338	19962/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação (especialidades) - Rua das Oliveiras, nº 11, Braga (São Vicente)		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 22243/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13265 de 20 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

Despachos

- A 17/04/2026, Manuel Faria Lopes, na qualidade de Chefe Divisão de Procedimentos Urbanísticos: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 22243/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-8459

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua das Oliveiras, nº 11, freguesia de Braga (S. Vicente)

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DPU [GP6]

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. O requerente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-8459 de 10/04/2026, apresenta documentação que visa dar resposta ao teor da informação registada com o n.º 2026-9556, de 08/04/2026, comunicada através do despacho registado com o n.º 2026-6573, de 08/04/2026, relativos à obra de reconstrução e ampliação de edificação unifamiliar, sito na Rua das Oliveiras, nº 11, freguesia de Braga (S. Vicente), que incide sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o nº 873/19990505, inscrito na matriz de natureza urbana, sob o artigo nº 312.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

- 2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho de 12/12/2024.

Nota: Requerente apresenta a autorização do PATA, através da informação da CCDRN n.º S - 2026/646509 (C.S: 1764473) de 12/01/2026, ao qual foi enviado para a Unidade de Arqueologia para conhecimento e apreciação técnica.

2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

- 2.2.1. Apresentou projeto.

2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

- 2.3.1. Apresentou projeto.

2.4. Projeto de gás

- 2.4.1. Apresentou uma declaração de dispensa de apresentação de projeto de gás, nos termos do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro.

2.5. Projeto de abastecimento de água

- 2.5.1. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do ofício n.º 2026-S-RE-22747 de 08/04/2026.

2.6. Projeto de águas residuais

- 2.6.1. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do ofício n.º 2026-S-RE-22747 de 08/04/2026.

2.7. Projeto de águas pluviais

- 2.7.1. Apresentou projeto.



2.8. Projeto de arranjos exteriores

2.8.1. Apresentou projeto.

2.9. Projeto de condicionamento acústico

2.9.1. Apresentou projeto.

2.10. Projeto de infraestruturas de telecomunicações

2.10.1. Apresentou projeto.

2.11. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético

2.11.1. Apresentou projeto.

2.11.2. Apresentou o pré-certificado energético, SCE396313833, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

2.12. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

2.12.1. Apresentou projeto.

2.13. Projeto de Segurança contra incêndio em edifícios

2.13.1. Apresentou a ficha de segurança contra incêndios em edifícios, bem como o termo de responsabilidade do técnico responsável e o respetivo seguro de responsabilidade civil.

2.14. Projeto de instalações eletromecânicas de transporte de pessoas e/ou mercadorias

2.14.1. Apresentou projeto.

2.15. Operação urbanística com impacto relevante ou impacto semelhante a uma operação de loteamento?

2.15.1. Não (nos termos do Artigo B-1/29.º do Código Regulamentar do Município de Braga – Regulamento n.º 973/2016 de 26 de outubro).

2.16. Outros

2.16.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

3. PROPOSTA

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído** e em condições de ser proferida a deliberação final do deferimento do licenciamento da operação urbanística.

3.2. Após informação superior e despacho, o requerente deverá ser notificado para, no prazo máximo de 1 (um) ano, requerer o pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo de pagamento.

3.3. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

4. CONDICIONAMENTOS PARA EMISSÃO DE RECIBO QUE TITULA A OPERAÇÃO URBANÍSTICA

4.1. Instrução de pedido com os elementos descritos no n.º 21 da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e nos termos das alíneas c) e d) do n.º 4 do Artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, incluindo declaração do titular da apólice e declaração de responsabilidade do titular de alvará, conforme norma camarária.

5. CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

5.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:



5.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes.

5.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.

6. CONDICIONAMENTOS PARA OBTENÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

6.1. Aquando da conclusão da obra, deverá efetuar o pedido de autorização de utilização de acordo com o descrito no n.º 28 da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

7. COMUNICAÇÃO DE INICIO DE TRABALHOS DE OBRAS PRECEDIDAS DE CONTROLO PRÉVIO

De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até dez dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, incluindo a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

